

11

ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO

**“Mobilizar, Organizar e Lutar.
Um PCP mais forte para um Porto mais Justo!”**

PCP | 10 de junho | 15 horas | Junta de Freguesia de Paranhos

ANTE-PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

11ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto
Ante - Projecto de Resolução Política

Índice

1. Introdução – p. 3
2. Caracterização social e económica do Porto – p. 3
 - 2.1. Demografia e População Activa – p. 3
 - 2.2. Serviços Públicos – p. 5
 - 2.3. Conclusão – p. 6
3. Caracterização da situação política local – p. 6
 - 3.1. O actual quadro político-partidário no concelho e as eleições autárquicas 2017 – p. 7
 - 3.2. Caracterização das políticas municipais da coligação Rui Moreira/CDS/PS – p. 8
4. Actividade e intervenção política do PCP na Cidade do Porto – p. 9
 - 4.1. Participação na actividade geral do Partido e a actividade própria da organização – p. 9
 - 4.2. Trabalho unitário e luta de massas – p. 9
 - 4.3. Informação e Propaganda – p. 10
 - 4.4. Festa do Avante -p. 11
 - 4.5 Passeio das Mulheres CDU – p. 11
 - 4.6 Encontro de Reformados, Pensionistas e Idosos do PCP- p.11
 - 4.6. Trabalho institucional – p. 11
5. Organização do Partido – p. 12
 - 5.1. Direcção da Organização da Cidade do Porto – p. 12
 - 5.2. Organismos executivos da DOCP – p. 13
 - 5.3. Organizações de base – p.13
 - 5.4. Organizações de sector ou empresa – p. 13
 - 5.5. Grupos de trabalho – p. 13
 - 5.6. Elevação da Militância – p. 13
 - 5.7. Fundos – p. 14
6. Principais objectivos e metas de trabalho - Síntese – p. 14

1. Introdução

No período que decorreu desde a 10ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto em 2014, foram significativas as evoluções ao nível da situação política, económica e social, quer no plano local, quer no plano nacional, que serão objecto de tratamento desenvolvido ao longo do documento.

O país foi confrontado com a tentativa de imposição da perpetuação da ingerência externa e das políticas de saque aos rendimentos dos trabalhadores e do povo e de agravamento das injustiças. Concluído o período de concretização do pacto de agressão, subscrito entre PS, PSD e CDS e o FMI, UE e BCE, Portugal tornou-se um país mais pobre, mais dependente e mais endividado.

Em resultado da luta dos trabalhadores e do povo português e da acção decisiva do PCP, com os resultados das últimas eleições legislativas foi possível afastar PSD e CDS-PP do governo e viabilizar um governo minoritário do PS.

A realidade confirma as apreciações feitas pelo PCP e as suas propostas alternativas, nomeadamente a necessidade do desenvolvimento de uma política patriótica e de esquerda e que concretize um processo de renegociação da dívida, nos seus prazos, juros e montantes, do controlo público da banca e dos sectores estratégicos da economia e o estudo e preparação do país para a saída do Euro.

No plano local, o Porto é hoje um concelho mais envelhecido, mais despovoado e menos desenvolvido. Das últimas eleições autárquicas resultou uma nova correlação de forças ao nível do Município e da maioria das freguesias da cidade do Porto. A coligação Rui Moreira/CDS/PS marcou o mandato por uma retórica de mudança que não se traduziu em mudanças significativas nos principais eixos das políticas autárquicas.

Nestes três anos decorridos, a Organização da Cidade do Porto do PCP, na sua intervenção intensa e diversificada, procurou sempre afirmar o Partido e o seu projecto alternativo, mobilizando para a luta os trabalhadores, as populações e todos os atingidos pelas políticas de direita. Neste documento é feito um balanço deste largo trabalho realizado, valorizando determinados aspectos e apontando outros a melhorar ou corrigir.

Ao nível da Organização do Partido, o documento avança com uma análise das dificuldades existentes e dos progressos realizados, apontando-se medidas para inverter, resolver ou melhorar as diferentes situações.

Com a perspectiva de reforço da organização do Partido e de uma maior e melhor intervenção, são também traçados aqueles que se consideram ser os principais objectivos de trabalho até à próxima Assembleia, a realizar com periodicidade bienal.

As análises e propostas avançadas nesta Resolução Política enquadram-se no programa do PCP “Uma Democracia Avançada – Os Valores de Abril no futuro de Portugal”, nas demais orientações aprovadas no 20º Congresso e na 10ª Assembleia da Organização Regional do Porto.

2. Caracterização económica e social do Porto

2.1. Demografia e População Activa

A evolução da cidade do Porto nas últimas décadas e, em particular, nos últimos anos, traduz-se numa redução significativa da sua população, na perda de importância populacional no contexto regional e nacional, no envelhecimento e empobrecimento dos seus moradores e numa alteração significativa do seu tecido económico. Mantêm-se na cidade fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias.

Nas últimas três décadas a cidade do Porto perdeu importância, em termos populacionais, no contexto do Grande Porto, passando de primeiro para segundo Município (por troca com Vila Nova de Gaia).

A perda de população residente do Porto atingiu, entre 1991 e 2015, 84.030 habitantes, ou seja, 28% dos seus residentes. Esta perda corresponde a mais de 16 habitantes/dia.

Esta perda de população não é, no entanto, uniforme ao nível das 15 freguesias. As designadas freguesias do Centro Histórico (Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória) são aquelas onde se registam maiores perdas (em todas superiores a 50%), seguindo-se, num segundo patamar, as freguesias da “coroa” envolvente do Centro Histórico (Massarelos, Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim), com

perdas entre 27% e 37% - patamar a que se junta Campanhã, a maior freguesia em termos de área e, conseqüentemente, de capacidade construtiva, com perdas de 33,49%. Num terceiro patamar situam-se as freguesias de Aldoar, Foz do Douro, Nevogilde e Paranhos, com perdas entre os 10,09% e os 14,88%. Lordelo do Ouro, que praticamente mantém o número de moradores, e Ramalde (que tem um acréscimo de 1712 moradores, ou seja, 4,72%) são as exceções à perda generalizada de população ocorrida nas freguesias do Porto.

Em paralelo com esta perda de população regista-se um acentuado envelhecimento dos moradores do Porto. De facto, entre 2001 e 2015 os portuenses residentes com menos de 14 anos viram o seu peso relativo passar de 13,3% para 12,3%, os que se situam entre os 15 e os 64 anos viram a sua expressão reduzida de 67,2% para 60,8% e o grupo com 65 anos ou mais passou de 19,4% para 27%.

Este envelhecimento da população tem, também, tradução na dimensão das famílias, que é muito reduzida (a média da cidade é de 2,36 pessoas/família). Embora não existam grandes variações de freguesia para freguesia, constata-se que nas freguesias de Santo Ildefonso, Miragaia, Vitória, Cedofeita, Sé, Bonfim, Massarelos e Paranhos, esse valor é ainda menor do que a média da cidade.

Esta situação de brutal perda de população e de envelhecimento, resulta das políticas especulativas de habitação levadas a cabo desde 2004, das quais a criação da SRU/Porto Vivo foi um grave elemento. Por outro lado a Lei do Arrendamento Urbano, publicada em 2012 pelo governo PSD/ CDS, mais conhecida por “Lei dos Despejos”, veio agravar esta situação. Esta é uma lei que ao promover uma liberalização dos despejos em contratos de arrendamento serviu, nomeadamente, os grandes grupos económicos e financeiros do imobiliário. Desde então a pressão por parte dos novos donos dos prédios tem sido intensificada para a expulsão definitiva dos moradores tradicionais do Centro Histórico do Porto com vista a libertar as habitações para outros negócios como o Alojamento Local Turístico e outros similares.

Em particular, a situação é mais grave nas freguesias do Centro Histórico e da “coroa” de freguesias que as envolve (exceptuando Bonfim), onde a percentagem de alojamentos devolutos ultrapassa os 30%, sendo que em S. Nicolau e na Vitória esse valor atinge metade dos alojamentos existentes.

O crescimento do número de operações de reabilitação de edifícios no centro da cidade não se tem traduzido no aumento da oferta de habitação disponível no mercado de arrendamento de habitação. Pelo contrário, segundo dados recentes, o número de casas para aluguer de longa duração no Porto caiu em 30% nos últimos cinco anos com a oferta de aluguer de casas para habitação permanente reduzida em 85%. Paralelamente os preços no mercado de arrendamento habitacional tem vindo a sofrer uma inflação persistente. Neste momento, vivemos um fenómeno profundamente prejudicial para a população caracterizado pelo crescimento desregulado da especulação imobiliária, com o despejo de muitas famílias e um brutal aumento das rendas das cada vez mais escassas habitações disponíveis para residência permanente.

Ao nível das habilitações literárias, constata-se que o Porto mantém uma elevada percentagem de residentes sem frequência de qualquer nível de ensino (7,73%) – situação que se explica, fundamentalmente, pela existência de um elevado índice de idosos. Paralelamente a esta situação, constata-se, também, a existência de um elevado número de residentes que frequentam ou frequentaram (completa ou incompletamente) o ensino superior (21,7%).

Verifica-se, no entanto, que os níveis de habilitações literárias são bastante desiguais por freguesias, constatando-se que, regra geral, as freguesias do Centro Histórico e Campanhã são aquelas com maior percentagem de residentes sem qualquer nível de ensino e com menor percentagem de residentes com frequência do ensino superior – o que, indirectamente, indicia a existência de menores níveis de rendimento nestas freguesias.

Analisando o tecido económico da cidade do Porto constata-se a predominância, em termos de estabelecimentos e de trabalhadores, do sector terciário, incluindo o Turismo, o comércio e o sector financeiro.

As actividades relacionadas com o Turismo têm vindo a assumir um peso cada vez maior na cidade do Porto. A promoção de uma espécie de monocultura do Turismo, a par com a falta de medidas capazes de garantir, entre outros, o equilíbrio ao nível da oferta de alojamentos para turistas e para residentes, assim como a proliferação da precariedade e baixos salários nestas actividades, têm resultado em conseqüências negativas..

A situação social na cidade do Porto tem-se mantido com dados particularmente preocupantes, como o provam os números do desemprego.

Efectivamente, o número de inscritos nos Centros de Emprego na cidade do Porto continua a valor muito superior ao registado no país e no distrito do Porto. Em 2016 19.406 cidadãos do Porto encontravam-se inscritos nos Centros de Emprego (ou seja, quase 9% da totalidade da população residente e 14,2% da população activa), é ainda mais grave quando se sabe que muitos desempregados deixaram de estar inscritos, por força da emigração e/ou da desistência/perda de esperança em obtenção de um emprego.

Se analisarmos o desemprego jovem (cidadãos com menos de 25 anos), constatamos que a sua taxa de crescimento foi ainda superior à média registada em termos globais, verificando-se, na cidade, uma taxa superior à registada a nível nacional.

Também uma análise dos níveis de desemprego dos cidadãos com formação superior mostra um crescimento assustador, numa cabal demonstração de desperdício de competências e de energia jovem que, aproveitada por uma política patriótica e de esquerda, daria um enorme contributo para o desenvolvimento regional e nacional.

Fruto desta situação, mas também do trabalho precário e dos índices de velhice da população, constata-se que a cidade do Porto tem dos maiores números de beneficiários do RSI – Rendimento Social de Inserção, com uma percentagem de cerca de 10% da população residente (a nível nacional essa taxa é de 3,1%).

2.2. Serviços Públicos

O Porto, enquanto concelho com uma posição central do distrito, é um importante pólo de concentração de um conjunto numeroso de serviços públicos que servem uma população muito vasta. Na generalidade, estes serviços dependem directamente da Administração Central (Ensino, Saúde, Segurança Social, Transportes, Justiça e Segurança, entre outros), pelo que as opções políticas governamentais se reflectem aqui directamente com grande expressão.

O ataque ao serviço público, consubstanciado também no ataque aos trabalhadores do sector público, traduziu-se no encerramento de serviços e no aumento do seu custo, ao serviço dos interesses privados que operam na cidade. Neste contexto, nos últimos anos encerraram diversas unidades de saúde e serviços de urgência, escolas, estações dos correios, esquadras e postos da PSP, agências da Caixa Geral de Depósitos, a par com a tentativa de privatização das empresas públicas de transportes STCP e Metro do Porto.

As opções políticas municipais têm servido o mesmo propósito com a concessão a privados de serviços públicos e equipamentos sociais da cidade. A coligação municipal Rui Moreira/CDS/PS foi nesta matéria mais longe daquilo que a anterior gestão PSD/CDS conseguiu.

Os serviços municipais de recolha do lixo e limpeza da via pública privatizados, correspondentes a cerca de 50% do território do concelho, já custaram ao erário público, até ao momento, mais de 26 milhões de euros acima do que o que foi anunciado. Este exemplo demonstra claramente que uma política municipal ao serviço do povo não apenas deve impedir novas opções de privatização de serviços, como ainda deve colocar em cima da mesa a reversão para o Município dos serviços presentemente privatizados.

Apesar dos “tiros de pólvora seca” do Presidente da Câmara do Porto, no essencial, a nova maioria Rui Moreira/CDS/PS tem assumido um posicionamento de colaboração com os sucessivos governos, tanto com o governo PSD/CDS como com o governo PS, em decisões que puseram em causa serviços públicos no Porto. Disso mesmo são exemplos o acordo da Câmara do Porto com a privatização das empresas de transportes, o encerramento de esquadras da PSP, no encerramento sem alternativa capaz dos SASU da R. da Constituição ou ao encerramento de agências da Caixa Geral de Depósitos e Estações de Correio.

Adianta-se uma breve informação do ataque em curso aos serviços públicos da responsabilidade da administração central na cidade do Porto:

- No âmbito dos transportes públicos urbanos, foi tentada entrega a privados da STCP e da Metro do Porto. O governo PSD/CDS chegou mesmo a decidir a entrega da STCP a uma empresa privada, num quadro de um caderno de encargos que determinava reduções da oferta e da qualidade do serviço prestado. De relevar o posicionamento assumido pela Câmara do Porto, que ao invés de, como o PCP, se bater contra esta decisão, procurou ser parceira do anterior governo nessa estratégia. A revogação desta privatização na sequência da nova fase da vida política nacional e da intervenção do PCP foi uma importante vitória. A municipalização da STCP decidida pelo governo do PS em consonância com a Câmara do Porto comporta sérios riscos, pese embora a intervenção do PCP, dos trabalhadores da empresa e dos utentes tenha imposto compromissos importantes por parte da tutela.
- Na área social faltam apoios aos casais com filhos devido à ausência de uma rede de jardins de infância, creches e berçários públicos. Não existe também uma rede pública de apoio aos idosos.
- Na segurança pública existe um défice de efectivos nas forças de segurança e estes são obrigados a exercer funções em esquadras que funcionam sem as condições necessárias. O governo PSD/CDS, com o apoio da Câmara Municipal do Porto, procedeu ao encerramento de várias esquadras de atendimento no concelho, sem considerar alternativas, prosseguindo uma política de concentração gradual de meios, numa lógica de “super-esquadras”, pondo em causa o policiamento de proximidade.

2.3. Conclusão

A evolução da cidade do Porto nas últimas décadas e, em particular, nos últimos anos, traduz-se numa redução significativa da sua população, na perda de importância populacional no contexto regional e nacional, no envelhecimento e empobrecimento dos seus moradores e numa alteração significativa do seu tecido económico e social. Mantendo-se uma cidade com fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias.

Esta tendência, que já se tinha iniciado anteriormente, conheceu um forte agravamento com as políticas impostas pelo Pacto de Agressão. O Porto é assim actualmente uma cidade onde o fenómeno do despovoamento se acentuou e onde os fenómenos relacionados com o desemprego e a pobreza atingem níveis alarmantes. Prova disso é o facto da percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção no Porto ser muito superior à média nacional. Os últimos dados estatísticos conhecidos ao nível do desemprego mostram a permanência dum forte desemprego estrutural.

Para inverter o processo de declínio da cidade de agravamento das assimetrias sociais são necessárias políticas públicas que contribuam para fixar população, actividades económicas nos mais diversos sectores e gerar emprego com direitos.

São necessárias políticas que promovam o investimento público e apoio às camadas mais desfavorecidas da população. As debilidades constatadas no concelho, a situação de desequilíbrio e declínio, são o resultado de décadas de políticas ao serviço do grande capital que opera na cidade, nomeadamente do sector financeiro e imobiliário, com a entrega de bens e serviços públicos para lógicas de rentabilização privada. Os portuenses têm sido expropriados da sua cidade. Importa por isso devolver o Porto às suas populações! É necessária e urgente uma política patriótica e de esquerda para Portugal, uma governação para a cidade assente nos valores de Abril e tendo nas pessoas a sua razão central e fundamental.

3. Caracterização da situação política local

3.1. O actual quadro político-partidário no concelho e as eleições autárquicas 2017

3.1.1. CDU - Uma intervenção que faz a diferença

Durante o actual mandato autárquico, a CDU destaca-se como a força política portadora de um

projecto alternativo para a cidade do Porto, com um estilo de trabalho propositivo e de contacto permanente com as populações e forças sociais:

- Deu prioridade ao investimento na freguesia de Campanhã e do Bonfim, apresentando propostas com vista à regeneração urbana na zona do Bairro S. João de Deus, do Bairro S. Vicente de Paulo, de Noeda, da Póvoa e à reabilitação e dinamização do Parque de S. Roque.
- Exigiu que se continuassem as obras de requalificação de bairros sociais que viram as obras suspensas em 2013 e defendeu a priorização da reabilitação dos bairros com coberturas em placas de fibrocimento, assim como a intervenção em vários bairros esquecidos, como o Bairro dos CTT, o Bairro do Leal ou o Bairro do Bom Pastor.
- Cumpriu o seu compromisso de requerer a revogação do regulamento de gestão do parque habitacional do município e, face à quebra de compromisso das restantes forças políticas, apresentou mais de 40 propostas de alteração ao mesmo.
- Foi uma voz activa na elaboração da matriz para cálculo do acesso a habitações sociais municipais.
- Propôs a criação do cargo do Provedor do Inquilino Municipal.
- Defendeu justiça nos valores das rendas dos bairros municipais e denunciou o aumento de rendas promovido invocando uma interpretação deliberadamente equívoca da lei Lei 32/2016.
- Fez uma ampla auscultação do movimento associativo popular, que envolveu mais de 200 associações e colectividades, culminando numa audição pública que envolveu 42 associações e na apresentação de um programa municipal de apoio ao movimento associativo com o valor de 600 mil euros.
- Avançou com propostas no âmbito da defesa dos serviços públicos, com destaque para a tentativa de privatização e municipalização da STCP, o encerramento de esquadras da PSP, a redução dos serviços de saúde primários e o encerramento de agências da Caixa Geral de Depósitos e Estações dos CTT.
- Apresentou várias propostas no âmbito da mobilidade, como por exemplo, ao nível da requalificação da Estrada da Circunvalação e da realização de obras para completar as ligações viárias à rotunda do Bessa.
- Defendeu a abertura de um novo concurso público para dinamização do antigo espaço da Biblioteca do Marquês, definindo critérios de utilização com fins culturais e educativos.
- Avançou com projectos de valorização de espaços da cidade, como a execução do Projecto da «cafeteria» de Siza Vieira nos Jardins da Rotunda da Boavista e a requalificação dos «caminhos do romântico» em Massarelos.
- Defendeu a re-municipalização de serviços privatizados, nomeadamente na área da limpeza da via pública, demonstrando os custos elevadíssimos e a deterioração da qualidade dos serviços das concessões em vigor, assim como a re-integração dos trabalhadores afectos às concessionárias nos serviços municipais.
- Apresentou propostas no sentido de requalificar espaços verdes e despoluir cursos de água, como são os casos do Rio Tinto e da Ribeira da Granja.
- Alertou para as condições de funcionamento do canil municipal e apresentou propostas para uma nova política de defesa dos animais.
- Avançou com propostas com vista à democratização do funcionamento dos órgãos políticos do município, ao nível da alteração do regimento da Câmara, da anulação das normas inconstitucionais e anti-democráticas sobre a propaganda política e de constituição de novos Conselhos Municipais.
- Alertou contra a descaracterização da Estação Ferroviária de São Bento e do património cultural da cidade.

A CDU foi a força política com mais propostas apresentadas na Câmara do Porto, abrangendo os mais diversos temas. Os eleitos da CDU e as organizações do PCP promoveram dezenas de visitas públicas envolvendo as freguesias do concelho, para além de diversas reuniões e audições com instituições, associações e estruturas representativas dos trabalhadores.

Manteve-se o funcionamento semanal do Gabinete de Atendimento do Vereador da CDU, aberto à população às 3^a feiras de tarde.

O Vereador da CDU foi a única voz crítica no Executivo Municipal a propósito de questões tão

importantes como, entre outras, a urgência de intervenção em diversas zonas e equipamentos degradados da cidade; a defesa de serviços públicos, com destaque neste período para a defesa da extensão de Azevedo do Centro de Saúde de Campanhã, dos SASU, de esquadras da PSP, dos transportes públicos e do funcionamento de agências da CGD e Estações dos CTT; a necessidade de requalificação do Mercado do Bolhão com a garantia da manutenção da sua propriedade e gestão pública e salvaguardando os actuais comerciantes; a oposição à continuidade da operação imobiliária do Aleixo; a oposição à estratégia de reabilitação urbana da SRU, que não tem em conta os interesses dos pequenos senhorios, dos moradores e da cidade; o desacordo com a aceleração da delapidação do património municipal com a alienação de imóveis que podem ter um interesse estratégico para a cidade; a defesa das condições de trabalho dos trabalhadores municipais e o seu regresso às 35h de trabalho semanal e a aplicação do ACEEP assinado com o STAL/CGTP; a oposição ao projecto imobiliário para o bairro D. Leonor (blocos) que mais uma vez procura subtrair ao espaço público terrenos com valor paisagístico e que desta forma se destinam a construções de luxo; a oposição à privatização de serviços e equipamentos municipais, com destaque para o Pavilhão Rosa Mota, a recolha do lixo e limpeza urbana, e o estacionamento na via pública.

Durante a campanha eleitoral, a CDU afirmou que, independentemente do resultado das eleições, iria assumir cabalmente os mandatos que os portuenses lhe atribuísem, compromisso que cumpriu e continuará a cumprir, sendo uma voz activa, construtiva, combativa e empenhada, como sempre foi seu timbre, em defesa dos interesses das populações.

3.2. Caracterização das políticas municipais da coligação Rui Moreira/CDS/PS

Durante o seu último mandato, a coligação municipal PSD/CDS agravou a austeridade, com a redução do investimento municipal para níveis mínimos. Continuou a prossecução de uma política ao serviço dos grandes interesses económicos da cidade, nomeadamente ao nível imobiliário e financeiro, bem patente na lógica de reabilitação urbana, de que as Cardosas são um triste exemplo ou o nebuloso processo imobiliário do Bairro do Aleixo. Prosseguiu a demolição de habitação social, sem reposição dos fogos demolidos, aprovando um regulamento de gestão do parque habitacional de contornos anti-sociais.

Na sequência dos resultados das eleições autárquicas, em que nenhuma força política obteve uma maioria absoluta, assistiu-se à inédita constituição de uma coligação pós eleitoral entre a lista vencedora (Rui Moreira/CDS) e o PS, sendo que este partido (que obteve o seu pior resultado de sempre no Porto), abdicou dos seus compromissos programáticos, assumindo o papel de executante do programa de Rui Moreira e do CDS.

Efectivamente, num quadro político e institucional marcado pela ausência de maiorias absolutas nos órgãos municipais e na generalidade das freguesias, no qual seriam muitas as possibilidades de convergências em torno de questões concretas tendo em vista a resolução dos problemas existentes, o PS optou por dar total cobertura à candidatura de Rui Moreira. Com esta atitude, o PS deixou, mais uma vez, “cair a máscara”, demonstrando como eram falsos e oportunistas os seus apelos a uma “coligação de esquerda” que, objectivamente, apenas serviam para camuflar o objetivo de chegar ao poder.

A campanha comunicacional de promoção de imagem, assente em grande medida nas expectativas de muitos portuenses, pretende passar a mensagem superação de problemas e de desenvolvimento que não tem correspondência com a realidade.

Houve promessas eleitorais que ficaram por cumprir e há, ao nível das principais políticas, a aceitação da privatização da STCP e a posterior concordância com a municipalização dos transportes públicos, o acordo com o encerramento de esquadras da PSP, a aceleração da venda de património municipal e a opção estratégica relativa ao Bairro do Aleixo, a privatização do Pavilhão Rosa Mota, da recolha do lixo e limpeza urbana, e do estacionamento na via pública, são matérias marcaram a orientação da maioria Rui Moreira/CDS/PS. Estes factos confirmam que a tão propalada mudança se traduziu numa continuidade de políticas em questões essenciais para o desenvolvimento económico e social da cidade do Porto.

Neste quadro, é importante insistir no reforço da intervenção e da organização do PCP nas várias frentes, mantendo o estilo de trabalho de proximidade aos problemas das populações que lhe é

característico. No plano institucional, a acção dos eleitos deve continuar a ser orientada para dar voz aos problemas das populações, apresentando propostas para a sua resolução.

As eleições para as autarquias locais a realizar a 1 de Outubro assumem particular significado e importância para contribuir, pelo reforço da CDU – Coligação Democrática Unitária, para um poder local ao serviço das populações capaz de assegurar o desenvolvimento e a qualidade de vida. O voto na CDU nas eleições para as autarquias locais é o factor mais decisivo para dar expressão e força à intervenção em defesa dos direitos das populações, à solução dos problemas e à promoção do desenvolvimento e progresso locais. O voto na CDU contribuirá, também, para afirmar o PCP e a CDU como a grande força de esquerda no poder local, necessária e indispensável na vida política nacional.

Na nova fase da vida política nacional, como sempre, o reforço do PCP tem inegável importância. Pelo que esse reforço traduzirá no reconhecimento de uma intervenção que no plano nacional e local dá expressão à defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo. Pelas condições mais favoráveis que o reforço do PCP abrirá para novos avanços e de ir mais longe na política de defesa, reposição e conquista de direitos. Pela contribuição que esse reforço dará para uma maior expressão à luta por uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que assegure o desenvolvimento soberano de Portugal.

4. Actividade e intervenção política do PCP na cidade do Porto

4.1. Participação na actividade geral do Partido e a actividade própria da organização

A situação política decorrente da implementação do Pacto de Agressão das troika e das políticas anti-populares e anti-sociais decorrentes da acção do governo PSD/CDS exigiu uma intensificação da acção política do Partido, em múltiplas frentes. A nova fase da vida política nacional resultante das últimas eleições legislativas, da luta dos trabalhadores e do povo e da intervenção do PCP permitiu resolver alguns problemas mais imediatos ao povo português, recuperar direitos e rendimentos, pese embora o compromisso que o PS não rompe com grandes interesses económicos e financeiros.

Neste quadro político de grande exigência e intensidade de intervenção, a organização do Partido na cidade do Porto manteve um elevado nível de actividade através de iniciativas próprias ou participando activamente nas iniciativas de âmbito regional ou nacional.

As comemorações anuais do aniversário do Partido, com elevada participação de amigos e simpatizantes do Partido, assim como o envolvimento em diversas outras iniciativas regionais e nacionais realizadas na cidade do Porto, caracterizaram o contributo da organização concelhia do Porto para a intervenção global do Partido.

Destacam-se pelo seu impacto público os desfiles e comícios do PCP e da CDU realizados na cidade do Porto, com um grande envolvimento e participação de militantes e simpatizantes do PCP.

A par com um contributo importante para a actividade geral do Partido, a Organização da Cidade do Porto manteve uma intervenção própria intensa e relevante, com uma expressão muito diversificada.

4.2. Trabalho Unitário e Luta de Massas

O período que decorreu desde a 10ª Assembleia foi marcado pelo desenvolvimento da luta de massas. As formas de luta desenvolvidas ao longo dos últimos três anos na cidade do Porto, contra medidas de roubo de salários e pensões, em defesa de direitos laborais, de desmantelamento de serviços públicos, adoptaram diversas formas (greves, manifestações, concentrações, protestos, entre outras).

A participação e a intervenção dos comunistas da cidade do Porto junto das organizações representativas de trabalhadores, contribuindo para a organização e dinamização do movimento popular de resistência e protesto contra a política do Governo PSD/CDS e da troika, foi um elemento decisivo nas acções de luta realizadas no Porto.

As grandes acções de luta nacionais, organizadas pela CGTP-IN, assim como as grandes manifestações nacionais e regionais, tiveram o envolvimento activo da Organização da Cidade do Porto.

Na luta das populações destacam-se as várias acções de protesto pela defesa dos serviços públicos e contra o seu encerramento ou privatização. Destacam-se as acções de protesto contra os dos bairros do IHRU contra os brutais aumentos de rendas.

A luta dos trabalhadores e das populações, organizada em plataformas unitárias, é um elemento essencial na resistência a políticas anti-populares e anti-sociais e um factor de elevação da consciência política das massas e pela construção da alternativa

A luta dos Reformados e Pensionistas, enquanto camada da sociedade portuguesa com problemas específicos e vítima de profundos ataques aos seus direitos, deve merecer uma maior atenção por parte da organização do Partido.

Os micro, pequenos e médios empresários são uma camada particularmente afectada pelas políticas ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros, com problemas específicos, que devem merecer uma atenção dirigida do Partido, quer ao nível da intervenção institucional, quer ao nível do contributo para o esclarecimento e mobilização.

No actual quadro político, o Movimento Sindical Unitário e das Comissões de Trabalhadores assume um papel fundamental na resistência às ofensivas contra os direitos dos trabalhadores. O reforço do Movimento Sindical Unitário, com o aumento da sindicalização e da eleição e presença de delegados sindicais nos locais de trabalho, assim como a dinamização de acções em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, deverão ser uma prioridade da intervenção dos comunistas.

4.3. Informação e propaganda

A informação e propaganda através de meios próprios representa uma ferramenta essencial para manter a visibilidade da organização e propostas do Partido e para a intervenção política junto das massas. É importante a diversificação das ferramentas de propaganda a utilizar, desde as formas mais tradicionais até às que se baseiam na utilização das novas ferramentas de comunicação digital e das redes sociais.

No período que decorreu desde a última assembleia, destaca-se a luta contra o regulamento municipal de propaganda, imposto pela coligação PSD/CDS e inicialmente mantido pela coligação Rui Moreira/CDS/PS, que visava silenciar a presença do PCP no espaço público da cidade. A persistência em invocar este regulamento como pretexto para retirada das estruturas MUPI (Mobiliário Urbano Para Informação) colocadas em algumas ruas, mesmo após os tribunais terem declarado a inconstitucionalidade destas normas, demonstrou que o objectivo principal foi sempre o de silenciar a voz do PCP e de outras forças sociais e políticas que dão combate às políticas de direita.

Ao nível do trabalho do Partido, tem-se privilegiado o contacto directo com as populações e os trabalhadores, a par com a presença de rua. As campanhas nacionais e regionais de propaganda, assentes em folhetos, sonoras e MUPI, entre outros formatos, têm sido, no essencial, levadas a cabo com êxito.

As organizações editaram diversos materiais próprios em torno de problemas locais e profissionais específicos, experiências que importa valorizar e multiplicar, dando expressão à intervenção e propostas do Partido.

A utilização das ferramentas de comunicação proporcionadas pela internet tem vindo a ser dinamizada através do sítio concelhio (www.cidadedoporto.pcp.pt) e complementado com a presença CDU no Facebook, contribuindo para a divulgação regular da actividade do Partido na cidade do Porto.

A imprensa do Partido (“Avante!” e “O Militante”) é vital para a informação com verdade do que se passa no País e no Mundo, para a formação dos militantes comunistas e para o próprio reforço político, ideológico e organizativo do Partido. A sua difusão entre os militantes e simpatizantes na cidade do Porto é ainda insuficiente, embora com passos dados nos últimos meses, com a ampliação da venda semanal e a criação de ADE's (importava colocar o significado). As bancas que foram organizadas para a venda de números especiais do Avante mostram que há grandes potencialidades de aumento da difusão da imprensa do Partido.

4.4. Festa do Avante

A Festa do Avante é a maior iniciativa do Partido a nível nacional. A participação da Organização da Cidade do Porto na concretização da Festa é da maior importância política. A constituição dum grupo de trabalho para os aspectos de implantação do espaço da Organização da Cidade do Porto, envolvendo um número significativo de camaradas e amigos, tem contribuído para o êxito da nossa participação na Festa. O envolvimento da organização nos diversos aspectos de organização e funcionamento do espaço concelhio (venda de EP's, organização de excursões, turnos de funcionamento do bar) tem sido significativo, envolvendo mais de 100 camaradas nestas tarefas.

4.5. Passeio das Mulheres CDU

Trata-se de uma iniciativa que, pela sua dimensão, conteúdo, animação, convívio, agregação de centenas de pessoas, a maioria das quais sem partido, é, sem qualquer dúvida, uma das maiores iniciativas políticas realizadas na Organização Regional do Porto. Esta iniciativa representa também uma importante oportunidade de contacto do Partido com muitas pessoas que habitualmente têm um contacto reduzido com a actividade política.

4.6. Encontro dos Reformados, Pensionistas e Idosos

O Encontro de Reformados, Pensionistas e Idosos da Cidade do Porto do PCP tem vindo a ganhar importância. Tendo-se realizado a sua 3ª edição consecutiva em Maio deste ano, esta iniciativa com estas características têm vindo a afirmar-se como única não só na região como no país. Envolvendo algumas centenas de militantes e amigos reformados, pensionistas e idosos, esta iniciativa conta com um piquenique, música, poesia, jogos tradicionais. É necessário continuar a desenvolver o trabalho junto desta camada.

4.7. Trabalho institucional

O trabalho institucional desenvolvido pelos eleitos comunistas nos diversos órgãos autárquicos da cidade (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) assim como o dos deputados eleitos pelo distrito do Porto na Assembleia da República, marca a diferença relativamente às outras forças políticas. A intervenção política do PCP nas diversas instituições é uma componente inseparável do processo mais vasto da luta de massas por uma alternativa de esquerda na cidade e no país. A intervenção política nestas instituições deve ter como objectivo dar visibilidade aos processos reivindicativos e de luta que correspondem às justas reivindicações dos trabalhadores e do povo. O trabalho articulado com as organizações de massas para a resolução dos problemas concretos da população é também um poderoso contributo para a elevação da consciência política e de classe das populações e da percepção de que a luta organizada é a principal ferramenta para a sua resolução.

Os princípios partidários relativos ao exercício de cargos públicos, nomeadamente de os eleitos “não serem beneficiados nem prejudicados” no exercício de funções, assume grande importância para o desempenho das tarefas assentes na confiança dada pelos cidadãos em sufrágio universal. Este compromisso dos comunistas demonstra assim, não em palavras mas em actos concretos, a disposição de fazer prevalecer a defesa dos interesses gerais da população sobre o interesse pessoal.

Na intervenção ao nível autárquico manteve-se o estilo de trabalho que caracteriza os eleitos da CDU na cidade, baseado num contacto muito intenso e regular entre os eleitos, as populações e os trabalhadores, onde se destaca a realização regular das visitas CDU, com a participação do vereador e de outros eleitos na Assembleia Municipal e das diversas freguesias. Muitas destas visitas têm sido realizadas a convite de grupos de moradores ou de associações, mostrando assim a confiança que têm na CDU como a única força que dá efectivamente um contributo determinante para a resolução dos seus problemas concretos.

A CDU é também a única força política representada na Câmara Municipal do Porto que mantém, com uma regularidade semanal, um Gabinete de Atendimento aos Municípios. Durante o período que decorreu desde a última Assembleia, os eleitos da CDU atenderam por esta via centenas de pessoas.

A articulação com os eleitos do PCP na Assembleia da República eleitos pelo distrito do Porto,

relativamente a áreas da competência da Administração Central, tem-se revelado muito importante. Destaca-se a realização dos visitas, com contactos directos com a população, e os diversos requerimentos, perguntas e pedidos de esclarecimento dirigidos pelos deputados do PCP ao Governo.

Tem havido um esforço de coordenação da intervenção política dos eleitos comunistas nos diferentes órgãos autárquicos, através da realização regular de reuniões de eleitos, com resultados em termos de acerto de posições políticas, troca de experiência e de dinamização de um estilo de trabalho de contacto permanente com as populações.

5. Organização do Partido

A Organização da Cidade do Porto tem 1073 membros do Partido (menos 116 que na última Assembleia), distribuídos por 10 organizações de freguesia e 5 organizações de sector ou empresa. Segundo os dados do Balanço de Organização de 2016, a organização do Partido na Cidade conta com 63,7% de homens e 36,3% de mulheres. Em relação à composição social, 21,5% são operários industriais, 49,5% são empregados, 10,6% são intelectuais e quadros técnicos, 4,9% são pequenos e médios empresários e 13,5% pertencem a sectores diversos (estudantes, domésticas, etc.), representando uma redução da presença relativa de operários.

No que diz respeito à composição etária, 4% têm até 30 anos, 19,2% entre 31 e 50 anos, 31,3% entre 51 e 64 anos e com mais de 64 anos são 45,3%. Estes dados confirmam a manutenção da tendência de envelhecimento da organização, que coexiste com o aumento do nº de camaradas mais jovens - há mais camaradas reformados e com 65 ou mais anos mas também mais jovens até aos 30 anos.

A nível local existem 9 Comissões de Freguesia e um organismo de direcção local (Centro Histórico).

A nível de empresa/sector profissional, existem 6 organismos, sendo 2 de direcção (bancários e seguros), 2 de sector (Enfermeiros e Limpeza, Portaria e Vigilância) e 2 células de empresa (CMP/Águas do Porto e CGD).

Funcionam ainda vários organismos para frentes de trabalho específicas, nomeadamente Mulheres CDU, Reformados, Festa do Avante, Fundos, Propaganda e Eleitos autárquicos.

Nas organizações de base local estão inscritos 894 membros do Partido e nas organizações de sector ou empresa 179 militantes.

O XX Congresso do Partido e as resoluções do Comité Central apontam, como orientação da natureza de classe do Partido, que os militantes estejam organizados prioritariamente por células de empresa ou sectores profissionais e que, para tal ser concretizado, terá de ser continuado o esforço de organizar os novos membros do Partido neste tipo de organizações de base e também camaradas com menos de 55 anos. É um esforço que se deve continuar a desenvolver, pois este é o garante da natureza de classe do Partido e que melhor intervenção proporcionará ao colectivo partidário.

Tem sido feito um esforço de desenvolvimento das orientações do XX Congresso e do Comité Central para o reforço da intervenção do Partido junto dos trabalhadores, partindo do reforço das organizações existentes. Esta orientação é uma opção estratégica do Partido, correspondente à sua natureza de classe e de partido revolucionário.

5.1. Direcção da Organização da Cidade do Porto:

Eleita em 2014, com 33 membros eleitos, teve 4 saídas e funcionou com regularidade mensal. A DOCP correspondeu, no essencial, às exigências colocadas e esteve à altura das suas competências, orientando politicamente a acção geral do Partido na Cidade.

A renovação e o rejuvenescimento são aspectos a ter em conta. É necessário reforçar a presença de camaradas com tarefas regulares nas organizações de base. Continuam a subsistir variadas temáticas, sectores, problemas, frentes de trabalho e de luta que, por dificuldades diversas, a DOCP continua a não conseguir acompanhar com a proximidade necessária.

5.2. Organismos executivos da DOCP

A DOCP tem 2 organismos executivos: Comissão Executiva e Secretariado.

A **Comissão Executiva**, a quem competiu o acompanhamento diário e a execução do trabalho de direcção, bem como a ligação a várias organizações e frentes de trabalho, conta com 11 membros. No fundamental tem correspondido às necessidades de trabalho, naquilo que tem que ver com a ligação às organizações, frentes de trabalho e à intervenção institucional.

O **Secretariado**, a quem competiu o tratamento das questões de fundos, de quadros e de património, conta com 4 membros. Este organismo permite um tratamento mais cuidado das suas áreas de competência e, em termos gerais, tem funcionado com a regularidade prevista.

5.3. Organizações de base:

- Existe organização do Partido em 14 das 15 freguesias do concelho, sendo que no caso das freguesias do Centro Histórico existe um único organismo de direcção;
- Nevogilde não tem organização;
- Verifica-se um funcionamento regular da generalidade dos organismos.

5.4. Organizações de sector ou empresa:

- Existem as organizações dos Bancários, Seguros, Enfermeiros, Limpeza, Portaria e Vigilância, Câmara Municipal do Porto /Águas do Porto;
- Foram editados vários documentos específicos dirigidos aos trabalhadores bancários:
- Nos sectores dos Bancários e Seguros, a questão do recrutamento e responsabilização de camaradas no activo é um aspecto que deve continuar a ser prioritário. Importa continuar a discussão sobre a criação de um organismo de direcção conjunto nestes sectores.
- A renovação e rejuvenescimento dos organismos do Partido são linhas de trabalho que importa prosseguir no sentido de preparar o Partido para os desafios do Futuro.

5.5. Grupos de trabalho: As reuniões de responsáveis de fundos e as reuniões de eleitos autárquicos nas freguesias e nos órgãos municipais funcionaram com regularidade.

Manteve-se o Grupo de Trabalho das Mulheres CDU, da Comissão da Festa do Avante e da Comissão de Reformados.

5.6. Elevação da Militância

A Elevação da Militância é fundamental para o reforço orgânico, participativo e financeiro do Partido. É necessário que cada camarada do Partido contribua mais na sua participação partidária, na mobilização de mais camaradas para as tarefas do Partido, para a responsabilização de mais e mais militantes, para o esclarecimento dos trabalhadores e da população.

5.6.1. Recrutamento de novos membros do Partido: Em 2014 foram recrutados 40 novos camaradas, em 2015 foram 35 e em 2016 16. O recrutamento é a principal forma de contrariar o envelhecimento da organização, cuja média de idades se aproxima dos 60 anos. Importa atribuir mais atenção a esta tarefa, estabelecendo objectivos faseados por organização de base e fazendo o seu controlo de execução. É necessário continuar a acompanhar com mais rigor a integração dos novos militantes no Partido.

5.6.2. Imprensa do Partido: Actualmente são distribuídos semanalmente por via das organizações 103 jornais “Avante” e 29 revistas “O Militante”. Foram realizadas bancas de venda do “Avante!” por diversas ocasiões, nomeadamente em torno de edições especiais. Estas bancas foram realizadas por várias organizações do Partido, em diversos locais da cidade.

5.7. Fundos:

A situação financeira da Organização da Cidade do Porto caracteriza-se actualmente pelo equilíbrio entre Receita e Despesa, a par com o cumprimento pontual dos encargos. A necessidade de concretizar uma política de fundos do Partido assente em critérios de maior rigor na despesa e de alargar as receitas tem vindo a ser levada a cabo.

Na estrutura de Receita, a rubrica de quotização é a que tem mais peso. Têm também muito significado a Festa do Avante e o Passeio das Mulheres CDU, iniciativas de carácter político. Nos últimos anos, tem crescido o peso da receita proveniente da contribuição dos membros das mesas de voto.

O pagamento da quota é um dever fundamental de todos os militantes, ao mesmo tempo que constitui a principal fonte de receitas do Partido. Actualmente pagam quota apenas cerca de 64,5 % dos militantes (dados de Dez. 2016, camaradas com pelo menos uma quota paga), a esmagadora maioria dos quais directamente na organização. A rede de camaradas que recebem quotas é em grande parte constituída por militantes de idade avançada. Este é um motivo de preocupação, sendo imperioso estimular as novas formas de recolha de quotas (Multibanco e Transferência Bancária) e alargar o nº de camaradas a receber e a pagar quotas.

6. Principais objectivos e metas de trabalho – síntese:

A dinamização e o desenvolvimento da luta de massas bem como o reforço da organização do Partido constituem eixos fundamentais da orientação geral do Partido, indispensáveis no quadro da luta por uma política patriótica e de esquerda.

Estes objectivos são indissociáveis e cada um é potenciador do outro, ou seja, o reforço da organização e o aumento da influência do partido potenciará o desenvolvimento da luta de massas e vice-versa.

Desta conclusão decorrem os principais objectivos do Partido que a 11ª Assembleia aprova como orientação central de trabalho:

- A discussão regular em todas as organizações do Partido, seja ao nível de empresa, de sector ou de freguesia, dos principais problemas e preocupações sociais com que se debatem os trabalhadores e as populações, das respectivas áreas de intervenção, conhecendo melhor e intervindo mais;
- O incentivo e dinamização da luta reivindicativa dos trabalhadores e das populações em torno dos seus problemas concretos (direitos laborais, salários e rendimentos, defesa dos serviços públicos de proximidade, entre outros);
- Reforçar as organizações unitárias representativas dos trabalhadores (sindical e comissões de trabalhadores), defendendo o seu carácter de classe, de luta, unitário e de massas, inserindo as suas reivindicações específicas no quadro da luta mais geral em defesa de uma ruptura patriótica e de esquerda com o actual rumo;
- Acompanhar o movimento associativo e popular, colectividades, as associações de moradores, as associações de pais e outras, ajudando a superar dificuldades e a perspectivar a sua actividade, numa óptica reivindicativa em torno dos seus problemas específicos. Tomar medidas de ligação aos membros do Partido que intervêm no movimento associativo e popular, constituindo um grupo de trabalho para o efeito;
- Reforçar o trabalho do Partido junto dos Reformados e Pensionistas;
- Reforçar o trabalho junto dos trabalhadores nos locais de trabalho e serviços da cidade, alargando o trabalho de organização a novos sectores;
- Melhorar o trabalho colectivo dos organismos do Partido, reunindo regularmente e reforçando

a sua capacidade de intervenção política, no quadro da orientação geral do Partido;

- Progredir no recrutamento de novos militantes, elaborando listas de possíveis recrutamentos e fazendo o respectivo controlo de execução. Procurar a rápida integração dos novos inscritos nos colectivos partidários e a sua responsabilização por tarefas concretas. Esta Assembleia estabelece o objectivo de recrutamento de 60 novos militantes até à próxima Assembleia;
- Prosseguir com audácia na responsabilização de mais camaradas por tarefas partidárias;
- Promover iniciativas de apoio à formação política e ideológica dos quadros, nomeadamente cursos e debates dirigidos em especial aos novos militantes, e o incentivo à leitura dos materiais e da imprensa do Partido;
- Promover a difusão da imprensa do Partido, incentivando a assinatura do “Avante!” e do “O Militante” e o reforço dos ADE’s, aumentando até à próxima Assembleia a venda regular através da organização do Partido em 25 Avantes e 20 “O Militante”. Responsabilizar mais camaradas por estas tarefas. Aumentar a realização de bancas de venda e divulgação do “Avante!”;
- Dar prioridade ao reforço da capacidade financeira do Partido concretizando várias medidas: o aumento do nº de camaradas a pagar quotas; a actualização do valor das quotas tendo como referência 1% dos rendimentos mensais de cada camarada; o alargamento da rede de camaradas a receber quotas; a constituição de brigadas de recolha de quotas; a diversificação das formas de recebimento, incentivando o pagamento de quotas por multibanco e transferência bancária; a elaboração de listas de abordagens; o alargamento dos sorteios de Verão e de Natal; o melhoramento da participação na Festa do Avante, no Passeio das Mulheres CDU e no Encontro de Reformados Pensionistas e Idosos e a promoção de outras iniciativas de convívio potenciadores da recolha de fundos. Neste âmbito, a Assembleia destaca os objectivos de atingir o nº de 750 militantes a pagar quotas até ao final do próximo ano, dos quais 200 por transferência bancária e multibanco, e de, neste período, conseguir ainda que 100 militantes aumentem o respectivo valor mensal;
- Reforçar a nossa intervenção ao nível da propaganda, dotando o grupo de trabalho central com mais camaradas e procurando que cada organização assuma nos seus objectivos esta tarefa, valorizando a experiência adquirida;
- Continuar a reforçar a composição e tornar mais regular o funcionamento das comissões específicas, nomeadamente da Festa do Avante, das Mulheres CDU, de Reformados, dos Eleitos Autárquicos e de Fundos;
- Reforçar o estilo de trabalho institucional de permanente contacto com as populações e as forças vivas, de denúncia das políticas de direita e dos partidos que as concretizam e de apresentação de propostas no sentido da resolução dos problemas existentes. Nesse sentido, a concretização das visitas da CDU, a intervenção combativa nos órgãos autárquicos, a tomada de posição sobre questões locais, potenciando a intervenção do Grupo Parlamentar na Assembleia da República e dos Deputados no Parlamento Europeu, deve merecer um acompanhamento atento das organizações do Partido.
- O reforço da expressão eleitoral e dos mandatos autárquicos nas próximas eleições autárquicas.